



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE CÁCERES JANE VANINI
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
CURSO DE BACHARELADO EM DIREITO



PLANO DE ENSINO

Curso: Direito Bacharelado

Disciplina: Prática Jurídica I - Direitos Humanos

Semestre: 5º

Carga Horária: 60 h

Período letivo: 2025/2

Professores: Luiz Jorge Brasilino da Silva, Jesus Vieira Oliveira, Cintya Leocadio Dias Cunha, Evely Bocardi de Miranda, Paulo Henrique Procópio Moreira

EMENTA

Prática Jurídica Simulada: Elaboração de Pareceres Jurídicos. Elaboração de mandato e notificações extrajudiciais. Elaboração de Petições. Atividades Práticas Jurídicas em Direitos Humanos (Simuladas e/ou Reais): Elaboração de petições em Processo Coletivo: Demais atividades Práticas Simuladas e Reais, junto a grupos vulneráveis, em forma assistencial, educativa popular sobre Direitos Humanos.

OBJETIVOS

Proporcionar ao acadêmico o conhecimento acerca do funcionamento do sistema jurídico brasileiro, em especial o sistema de prestação dos serviços públicos por meio do legislativo, do executivo e do judiciário, com o fim de habilitá-lo à aplicação do direito para a prevenção e à resolução de conflitos.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

RELATÓRIO DE VISITAS A ÓRGÃOS OU ENTIDADES PRESTADORES DE SERVIÇOS PÚBLICOS

Atribuição de atividades, cronograma de apresentações, orientações para confecção e apresentação de relatórios sobre órgãos ou entidades prestadores de serviços públicos.

PARECER JURÍDICO

Parecer: conceito; finalidade e estrutura. Atribuição de atividade e orientações para elaboração de parecer jurídico.

MANDATO

Mandato: conceito, finalidade e estrutura. Atribuição de atividade e orientações para elaboração de mandato.



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE CÁCERES JANE VANINI
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
CURSO DE BACHARELADO EM DIREITO



NOTIFICAÇÃO

Notificação: conceito, finalidade e estrutura. Atribuição de atividade e orientações para elaboração de notificação.

DIREITOS HUMANOS E PROCESSO INDIVIDUAL

PROCESSO COLETIVO E DIREITOS HUMANOS

TUTELA DE DIREITOS HUMANOS EM REMÉDIOS CONSTITUCIONAIS

Análise dos remédios constitucionais e estudo de casos concretos para reconhecimento de qual direito humano ameaçado/violado e qual o remédio constitucional a ser utilizado. Elaboração de mandado de segurança. Elaboração de habeas corpus, habeas data, mandado de injunção.

ATIVIDADES EXTENSIONISTAS EM DIREITOS HUMANOS

METODOLOGIA

O conteúdo desta unidade será trabalhado de forma presencial. Serão realizadas aulas expositivas, associadas à leitura de textos, consultas à legislação, aplicação e resolução de atividades simuladas inerentes à atuação profissional nas carreiras jurídicas.

AVALIAÇÃO

O aprendizado será submetido a avaliações contínuas, com o fim de analisar o aproveitamento da disciplina quanto ao cumprimento das atividades a serem desenvolvidas.

O acadêmico estará automaticamente aprovado se obtiver média semestral igual ou superior a seis (6,0) e frequência igual ou superior a setenta e cinco por cento (75%), caso em que é considerado aprovado por média (APM).

Estará automaticamente reprovado por média (RPM) o acadêmico que obtiver média semestral inferior a seis (6,0).

Estará reprovado por falta (RPF) o acadêmico com frequência inferior a setenta e cinco por cento (75%).



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE CÁCERES JANE VANINI
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
CURSO DE BACHARELADO EM DIREITO



BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- ARAÚJO JÚNIOR, Gediel Claudino de. Prática no processo civil. São Paulo: Atlas.
- BARROSO, Darlan; LETTIÉRE, Juliana Francisca. Prática no processo civil. São Paulo: Saraiva.
- CÂMARA, Alexandre Freitas. Lições de direito processual civil. Rio de Janeiro: Lume Juris.
- THEODORO JÚNIOR, Humberto. Curso de direito processual civil. Rio de Janeiro: Forense.
- FLORES, Joaquín H. A (re)invenção dos Direitos Humanos. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2009.
- SILVA, Leila M. Bittencourt. Direitos Humanos na teoria e na prática. São Paulo: GZ, 2020.
- OLIVEIRA, José Péricles de; COGO, Rodrigo; GUIMARÃES, Rogério Nogueira. Teoria e Prática em Direitos Humanos nas Instituições de Direito Público e Privado. São Carlos: Pedro & João Editores, 2023.
- NEVES, Daniel Amorim Assumpção. Manual de Processo Coletivo. São Paulo: JUSPODIVM, 2023.
- LUZ, Vladimir de Carvalho. Assessoria Jurídica popular no Brasil. Lumen Juris, 2007.
- ZAVASCKI, Teori Albino. Processo Coletivo dos Direitos Coletivos e Tutela Coletiva. Revista dos Tribunais, 2017.
- SOUSA JUNIOR, José Geraldo. O Direito achado na rua. Volume 10. Disponível em: <<https://livros.unb.br/index.php/portal/catalog/book/116>>. Acesso: 20/04/2023.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito Administrativo**. 20ª ed. São Paulo: Atlas, 2007.
- DONIZETTI, Elpídio. **Curso Didático de Direito Processual Civil**. 19ª Ed., São Paulo: Atlas, 2016.



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE CÁCERES *JANE VANINI*
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
CURSO DE BACHARELADO EM DIREITO



GUIMARÃES, Deocleciano Torrieri. **Dicionário Técnico Jurídico**. 8ª ed. – São Paulo: Rideel, 2006.

MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sérgio Cruz; MITIDIERO, Daniel. **Curso de Processo Civil**. 2ª Ed., São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016.

MARTINS, Dileta Silveira; & ZILBERKNOP, Lúcia Scliar. **Português Instrumental: de acordo com as atuais normas da ABNT**. 25ª ed. – São Paulo: Atlas, 2004.

WAMBIER, Luiz Rodrigues; TALAMINI, Eduardo. **Curso Avançado de Processo Civil – Teoria Geral do Processo**. Vol. 1. São Paulo: Revista dos Tribunais, 16ª Ed., 2016.

WAMBIER, Luiz Rodrigues; TALAMINI, Eduardo. **Curso Avançado de Processo Civil – Cognição Jurisdicional** (Processo Comum de Conhecimento e Tutela Provisória) – Vol. 2. São Paulo: Revista dos Tribunais, 16ª Ed., 2016.